

O Primeiro Reinado

Com a independência o Brasil acabava de se tornar um **Estado**, isto é, **país livre e com organização própria**. O Estado Brasileiro nascia com um governo monárquico. Seu nome passou a ser *Império do Brasil*.

Quando surge um novo Estado, junto com ele surgem também algumas necessidades. É preciso organizar a coleta de impostos para o Estado ter dinheiro para pagar, por exemplo, os funcionários públicos. Até 1822, os funcionários públicos, trabalhavam em instituições organizadas pelo governo português. Para garantir nossa independência, o Estado Brasileiro precisava organizar as forças armadas, pois nas províncias da Bahia, Maranhão, Piauí, Pará e Cisplatina havia tropas portuguesas dispostas a lutar contra a separação de Portugal.

D. Pedro I recorreu a estrangeiros para organizar as forças armadas brasileiras. Contratou alguns militares europeus que já tinham colaborado nas lutas de independência das colônias espanholas. O almirante escocês lorde Cochrane, foi o primeiro chefe da Marinha brasileira. Sob o seu comando, a Marinha brasileira conseguiu dominar as tropas portuguesas que ainda resistiam à independência na Bahia, Maranhão, Piauí e Pará.

As tropas brasileiras que dominavam a Província Cisplatina renderam-se ao cerco que lorde Cochrane fez a Montevideú. A situação dessa província, no entanto não foi resolvida definitivamente. Colonizada pelos espanhóis e dominadas por tropas portuguesas enviadas por D. João

em 1817, como você já viu. A província Cisplatina tinha pouca coisa em comum com o Brasil. Seus habitantes desejavam se tornar livres e logo em seguida começaram uma guerra de independência.

É importante, para um país, estar bem relacionado com os outros. Isso traz segurança política e possibilidades comerciais.

Logo que proclamou a Independência, o novo governo brasileiro buscou o reconhecimento oficial de diversos países.

O primeiro deles foram os Estados Unidos (1824). Eles tinham medo que uma intervenção européia no continente ameaçasse sua própria integridade nacional. Quanto mais independências houvesse na América, mais seguros os Estados Unidos se sentiriam. Por isso formularam a Doutrina Monroe: “América para os Americanos”, ou seja: “europeus, não se metam!” O chato é que no século XX a doutrina Monroe passou a significar “América para os norte-americanos”.

Os ingleses estavam numa posição parecida com a do sujeito que tem vontade de continuar com a amante, mas não quer se separar da esposa: desejava comercializar com o Brasil, sem perder a aliança com Portugal. Bem, em muitas ocasiões, o dinheiro resolve boa parte dos problemas, não é mesmo?

O Brasil, além de outras exigências cumpridas, pagou a Portugal uma indenização de dois milhões de libras esterlinas.

...E COMO É QUE ARRUMAMOS DINHEIRO PARA PAGAR A CONTA?

Pedindo emprestado aos banqueiros ingleses. E será que Portugal ficou com essa grana toda? Claro que não! Portugal devia aos ingleses e teve de pagar. Adivinha quanto? Isso mesmo: cerca de dois milhões de libras esterlinas... Conclusão: os ingleses acabaram emprestando para eles mesmos e nós é que pagamos os juros! É algo parecido com o marido que paga o motel do amante de sua esposa...

Uma vez que Portugal, depois que o Brasil cumpriu suas exigências, tinha aceitado a Independência brasileira (em 1825), os outros países passaram a nos reconhecer diplomaticamente.

Os ingleses como sempre, fizeram exigências. Uma delas, bem pesada, era a renovação dos ultrafavoráveis tratados de 1810. Foi então, assinado o Tratado de 1827 (que durou até 1844), que cobrava uma tarifa alfandegária de apenas 15% para seus produtos (tal como nos tratados de 1810, no tempo de D. João, lembra-se?).

Enquanto os ingleses nos entulhavam de manufaturados, nem sempre importavam muita coisa do Brasil, já que boa parte dos tipos de nossos produtos exportados eram encontrados nas colônias britânicas.

Veio um trem de concessões favoráveis às potências estrangeiras, quando em 1828, o governo brasileiro estabeleceu tarifas de 15% para todo mundo. O Brasil estava se tornando um esposo que sustentava todos os amantes de sua mulher.

Assim que foi proclamada a Independência, parecia uma lua-de-mel do Imperador com quase todo o Brasil:

D. Pedro I

+

Portugueses

+

Brasileiros

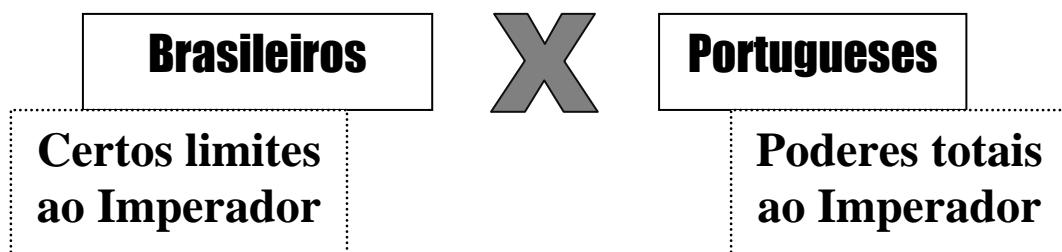
+

Radicais

Podemos perguntar o porquê de o Partido Português, composto por comerciantes, burocratas e militares que se beneficiavam com o Pacto Colonial, ter apoiado D. Pedro. É que eles raciocinavam mais ou menos assim: “Se a derrota foi inevitável, relaxe e aproveite”. Sua esperança estava em poder influenciar o imperador (que era herdeiro do trono português!) e apoiar um reforço de seus poderes, para, em troca serem beneficiados. É quando se chocam com o Partido Brasileiro.

Os brasileiros desejavam um poder executivo forte nas mãos do imperador, mas queriam exercer uma vigilância direta por meio do poder legislativo: pelo sim pelo não, atacaram os portugueses, pois temiam sua aproximação com o imperador.

Temos, então, uma briga que apareceu na Assembléia Constituinte de 1823 e seguiu cada vez mais aguda:



Os latifundiários não estavam unidos. Um setor apoiava a centralização da administração e do poder político em torno do imperador: eram os beneficiados por estar na região onde se colocava o poder, ou seja, os latifundiários do Sudeste, particularmente ligados ao porto do Rio de Janeiro, os comerciantes e os burocratas.

Esse ponto é importante frisar: a vinda da família real para o Brasil significara o fim do monopólio colonial dos portugueses. Mas havia uma nova forma de monopólio,

através do papel de controle econômico-administrativo do Rio de Janeiro.

É como se o Rio e o Sudeste fossem a nova metrópole. Esses novos interesses do grupo de latifundiários-burocratas-comerciantes do Rio de Janeiro constituíram o Partido Brasileiro. Com isso, os latifundiários das províncias distantes, no Nordeste e Sul, protestaram. Temos aí o conflito.

O liberalismo político brasileiro era peculiar. Para os latifundiários, ser liberal era querer a liberdade econômica e a soberania nacional. Nada a ver com democracia, nem com direitos para o povo.

Os autores de livros didáticos, e até mesmo alguns historiadores respeitáveis, costumam se “embananar” com o tal “liberalismo brasileiro” da época.

Fica difícil dizer quem era liberal e quem era conservador. É que liberal não era sinônimo de democrata. Além disso, nós não podemos cair na armadilha do vocabulário da época, que fazia com que a palavra liberal fosse usada sem precisão.

É o caso dos radicais. Assim como, ainda hoje, basta uma pessoa não admitir certas injustiças para que lhe acusem de ser comunista (o que acaba sendo um elogio aos comunistas), na época eram chamadas de radicais pessoas dos mais diferentes tipos.

Ora, como é possível que um radical como José Clemente Pereira tenha se tornado ministro de Pedro I?

Elites do Sudeste

Elites de Províncias distantes

Eram a favor da centralização do poder (beneficiados com o controle do Rio sobre as demais províncias).



Queriam maior autonomia para as Províncias.

Esses radicais representavam os setores médios urbanos e, evidentemente, queriam ampliação dos direitos políticos. Mas não pensavam igual, Gonçalves Ledo, por exemplo, que era filho de comerciante abastado, aceitava a monarquia constitucional, o que é bem diferente de democratas realmente radicais, republicanos e a favor do voto popular, como o grande baiano Cipriano Barata.

José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos líderes do Partido Brasileiro, tinha posições contraditórias. De um lado, combatia a extrema direita, os *corcundas* (“portugueses”), pois estes queriam poderes quase ilimitados para o imperador. Contra os liberais, entretanto, mostrou toda a sua face repressora e reacionária. Desde que se tornou ministro de D. Pedro, criou cargos de polícia com finalidade exclusiva de mandar violar correspondência; autorizou a expulsão, do Rio de Janeiro, de cidadãos acusados de “tramar contra a ordem pública”; estabeleceu rígida censura sobre a imprensa; deu ordem para prender os radicais.

A grande maioria do povo brasileiro da época vivia na zona rural. Escravos ou livres, eram trabalhadores pobres, analfabetos, distantes das informações e desorganizados. Desconheciam a vida política das cidades, a agitação dos radicais, os ataques dos jornais de oposição, as conversas inflamadas nas esquinas e nas mercearias. Com a sabedoria do caboclo, desconfiavam de que as

mudanças na Corte sempre acabavam em prejuízo dos pobres.

O povo não era apático ou desinteressado.

Os brasileiros pobres sempre lutaram contra as classes opressoras.

Ao contrário do que dizem, não somos de “índole pacífica”. Nossa história está cheia de rebeliões populares, guerrilhas, motins, protestos, saques e outras táticas de defesa.

O que não havia era a forma usual de fazer política. Existia uma participação política popular importante, embora subterrânea e algo inconsciente.

Os movimentos quilombolas eram altamente políticos, pois contestavam a ordem social baseada no trabalho escravo e no domínio de classe dos proprietários das terras. O que acontece é que, obviamente, não havia um Partido dos Quilombos concorrendo às eleições ou a candidatura de Ganga-Zumba à presidência da República.

D. Pedro I, ao ouvir falar do povo, sentia vontade de pôr a mão no seu chicote. Só que se mostrou uma peça incapaz de fazer funcionar bem uma máquina atormentada por tantas contradições: conservadores X liberais, “portugueses” X “brasileiros”, Sudeste X Províncias distantes do Rio, anti-democratas X radicais, senhores X escravos, classes ricas X camadas populares.

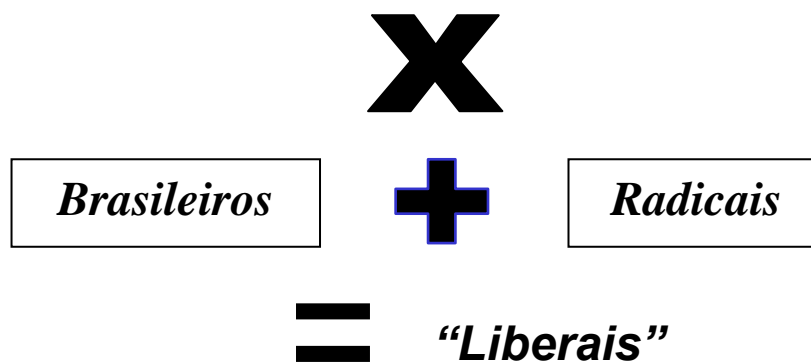
Autoritário, aproximou-se cada vez mais do grupo “português”, assustando os que temiam a recolonização:

D. Pedro I



“Portugueses”

“Absolutistas”



A partir daí, ele perdeu o apoio do principal grupo que o sustentava, os latifundiários e os grandes comerciantes do Rio de Janeiro. Sem força, caiu em 1831.



A Constituição de 1824

A primeira Constituição que o Brasil teve era muito antidemocrática. E foi a que mais tempo durou...

A Assembléia Constituinte tinha sido convocada por D. Pedro, e se reuniu em 1823. Na abertura dos trabalhos, o imperador fez um longo discurso, dizendo que defenderia a Constituição caso “ela fosse digna do Brasil e de mim”.

Sentiu a cara-de-pau do moço? Ele se julgava no mesmo nível de importância do Brasil inteiro. Mais ainda, pois completou: “...espero que a Constituição que façais mereça minha imperial aceitação...”

Esse “Brasil” de que ele falava era apenas a minoria dos ricos e abastados que ali estavam representados na Assembléia. Como eles tinham interesses divergentes, logo surgiram conflitos.

Primeiro, porque hostilizavam-se os portugueses residentes no Brasil. Nos discursos da Assembléia Constituinte, eram comuns palavras como estas: “Falemos claro; é quase impossível que um português possa amar de coração uma situação que implica a ruína de sua pátria de origem.”

O Partido Português se defendia, aproximando-se do Imperador e apoiava suas pretensões autoritárias.

Temos aí um segundo motivo para o conflito. O deputado Antonio Carlos de Andrada e Silva (irmão de José Bonifácio) tinha elaborado um projeto de Constituição em que se propunha a limitação dos poderes do imperador.

Não que fosse uma proposta democrática (voltada para o povo), pois queria um poder executivo forte e direito de voto limitado aos cidadãos com renda superior ao equivalente a 150 alqueires de mandioca. Daí, o povo, sem direitos eleitorais, apelidou-a de ***Constituição da Mandioca***.

Acontecia que D. Pedro I não estava disposto a aceitar limitações ao seu poder. Ele era muito autoritário. E como tinha o apoio dos portugueses e de alguns setores latifundiários, não teve conversa: mandou as tropas fecharem a Constituinte.

D. Pedro fez como tantas vezes aqui e em outros lugares: acabou com a liberdade, sob o pretexto de

preservá-la. Prometendo uma nova Constituição, “duplamente liberal”.

Em alguns dias, um Conselho de Estado, um bando de figurões reacionários nomeados por ele, preparou o texto, que foi outorgado, isto é, imposto sem discussão. Sua cara-de-pau chegou ao ponto de ele jurar obedecer a essa Constituição (“Eu juro que me obedeco! Eu me amo! Eu me adoro!”).

A Constituição de 1824 tinha uma casquinha que seguia alguns princípios liberais. Entretanto, o miolo era basicamente autoritário. Mas não chegava a ser absolutista, como dizem alguns livros, pois em monarquias absolutista não existiam Constituições.

Para começar, **o voto era censitário**, isso quer dizer que só podia votar quem tivesse uma renda, de no mínimo 100 mil réis anuais e fosse maior de 25 anos. Para piorar, **o voto era indireto**. Isso quer dizer que o eleitor não votava diretamente nos deputados e senadores: ele apenas escolhia os votantes.

Só podia ser votante quem tivesse uma renda mínima de 200 mil réis anuais. Esses votantes é que podiam escolher quem seria deputado e senador. *Estava claro que o povo trabalhador ficava fora das eleições.*

O **Poder Legislativo** (faz as leis) era formado pela Assembléia Geral do Império, composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Num flagrante desrespeito à lei, o imperador só permitiu que a Assembléia funcionasse partir de 1826.

O **Poder Judiciário** tinha os juizes dos tribunais nomeados pelo imperador.

O Poder Executivo tinha como chefe o imperador e era exercido pelos ministros, que ele nomeava sem dar satisfações ao povo nem à Assembléia.

O Poder Moderador

Era a moda trazida de Paris, era um quarto poder inventado por um pensador reacionário (contrário à liberdade), chamado Benjamim Constant. O Poder Moderador dava poderes discricionários, (quase ilimitados) ao imperador, que, assim, tinha uma autoridade indiscutível sobre os outros poderes: podia nomear e demitir ministros, fechar a Assembléia Geral, demitir juizes do Supremo Tribunal e convocar tropas a hora que quisesse sem prestar contas a ninguém.

O poder estava totalmente **centralizado**. Isso quer dizer que os governadores das Províncias eram nomeados pelo imperador e todas as decisões importantes sobre as Províncias do Norte, do Nordeste ou do Sul não eram tomadas pelos de lá, mas pelos do Rio de Janeiro. Os impostos pagos pelas províncias ficavam na capital. Assim, o Rio de Janeiro e as províncias próximas eram as principais beneficiadas. Foi uma verdadeira ditadura do Sudeste sobre o resto do Brasil.

A Igreja Católica foi oficializada. Através do *padroado*, os bispos passaram a ser pagos pelo governo, que também os nomeava.

As instruções do papa só valeriam no Brasil caso contassem com a autorização do imperador.

Como se vê, a Igreja era aliada do poder estabelecido, “desobedecer às autoridades era contrariar a vontade de Deus”.

